

# Intervenção incomoda participante

*Previc intervém na entidade e participantes temem que processo resulte na liquidação do plano*

**O**s participantes do Instituto Portus de Seguridade Social, fundo de pensão dos trabalhadores portuários, temem pelo pior: que a intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) na entidade venha a significar a liquidação do plano. O presidente da Federação Nacional dos Portuários (FNP), Eduardo Guterra, acredita que a nomeação de um interventor possa ser um primeiro passo nesse sentido.

A Previc decretou a nomeação de um interventor para a entidade em decisão publicada no Diário Oficial do dia 23 de agosto. A intervenção vigora por um período de seis meses, podendo ser prorrogada por mais seis. Em nota conjunta com a Secretaria Especial dos Portos (SEP), a Previc esclarece que o objetivo é auditar as contas do fundo de pensão e garantir o direito dos participantes. “O Governo informa que a intervenção não trará prejuízo aos beneficiários e entende que esta seja a única maneira de sanear a instituição”, diz o comunicado.

Segundo dados da Previc, o instituto administra um plano de benefícios com ativo total de R\$ 492,9 milhões e programa de investimentos de R\$ 363,6 milhões (dados com base em março de 2011). Ao fim de junho, o fundo contava 10,98 mil participantes, sendo 2,24 mil ativos, 5,55 mil aposentados e 3,17 mil pensionistas. A fundação tem 13 patrocinadoras.

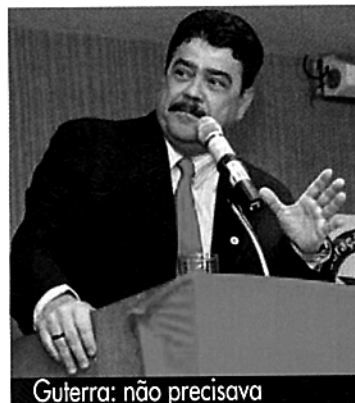
**MEDIDA EXTREMA** – Guterra, que também é coordenador do Comitê Nacional em Defesa do Portus (CNDP), alega que a Previc conhece os problemas do Portus. Ele se refere à fiscalização realizada no fim do ano passado pela autarquia especial com o objetivo de apurar eventuais irregularidades administrativas na fundação, bem como o tamanho do déficit do plano de benefícios. Pelo relatório de fiscalização elaborado, a Previc destaca que a entidade apresenta um déficit conjuntural, acumulado pelo menos desde 2005. O parecer conclui que, como os patrocinadores continuam não cumprindo as obrigações do plano, o déficit atuarial segue em crescimento, tendo alcançado, em setembro de 2010, R\$ 1,8 bilhão. Além disso, também há uma “situação econômico-financeira insuficiente à preservação da liquidez e solvência do plano”, que, aliada a um inadimplemento das patrocinadoras, “justifica a aplicação dos regimes previstos no Capítulo VI da Lei Complementar nº 109/2001”. O capítulo mencionado dispõe sobre a intervenção e liquidação extrajudicial das fundações.

“Depois dessa fiscalização, elaboramos um relatório de gestão em que fizemos um levantamento das dívidas das empresas com o Portus”, informa Guterra. De acordo com o relatório, datado de maio deste ano, a dívida total a receber das patrocinadoras chegaria a R\$ 4,31 bilhões. O valor envolve dívidas de contribuições (R\$ 1,31 bilhão), de reserva técnica de serviço anterior (R\$ 1,76 bilhão) e de retirada de patrocínio da Portobrás (R\$ 1,23 bilhão), estatal privatizada em 1990.

Para Guterra, uma vez que problemas do Portus foram apurados em fiscalização da Previc, não haveria necessidade de se tomar uma medida “extrema” como a intervenção. “Nos foi colocado que o objetivo não é esse, mas, embora [a liquidação] não esteja explícita, está

implícita. A intervenção é um primeiro passo para isso”, opina. A CNDP, formada no fim do ano passado para encontrar soluções para a recuperação do plano de benefícios do Portus, congrega sindicatos dos portuários, a Associação de Participantes do Portus (APP/Santos) e a União Nacional das Associações dos Participantes do Portus (UnapPortus).

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Previc afirma que “a intervenção busca apurar a situação do plano de benefícios e apontar soluções para o déficit”. “É precipitado pensar em liquidação, quando todos os esforços são no sentido de buscar o equilíbrio do plano de benefícios”, diz a autarquia.



Guterra: não precisava

Em comunicado, a Federação Nacional dos Portuários considera que, apesar do respaldo legal, “a medida foi extrema, pois exonera imediatamente toda a diretoria e provoca a perda dos mandatos dos conselheiros fiscais e deliberativos”. “Além disso, indisponibiliza todos os bens patrimoniais e bloqueia as contas bancárias de todos os que atuavam na Gestão Portus, retroagindo aos últimos doze meses”, aponta a nota. De acordo com Guterra, a FNP tenta negociar com os órgãos responsáveis que se mude de intervenção para administração especial, em que seria mantido o interventor, mas sem a destituição dos órgãos colegiados.

O fundo de pensão já passou por situações semelhantes anteriormente, tendo convivido com a figura do interventor no período de novembro de 1991 a maio de 1993 e entre julho de 2001 e abril de 2003. A Previc acrescenta que, recentemente, foi realizado um aporte de R\$ 250 milhões na entidade, de um total previsto de R\$ 400 milhões, “para regularizar as contribuições que estavam atrasadas”. Guterra esclarece que essa capitalização foi feita via Companhia das Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Companhia das Docas do Rio Grande do Norte (Codern). Ele pede que os R\$ 150 milhões restantes sejam repassados como forma de demonstrar que não haverá liquidação do plano e de “tranquilizar o sistema”.

□